

SEGUNDO TURNO

Negociações sobre patentes e prisões

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Negociar é a palavra de ordem desta semana na Assembleia Nacional Constituinte devido ao afastamento do deputado Ulysses Guimarães, que até amanhã de manhã estará substituindo interinamente o presidente José Sarney. Ontem os líderes partidários usaram a tarde fechando acordos sobre o capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. A negociação continua hoje e não deverá haver votação por falta de quorum.

O painel eletrônico do plenário da Assembleia registrou ontem à tarde um dos índices de presença mais baixos desde o início dos trabalhos constitucionais: 104 parlamentares.

Alguns constituintes, como o deputado gaúcho Antônio Britto (PMDB), acham que a continuar neste ritmo "ou se muda o esquema de votação ou não vamos promulgar a nova Carta antes de outubro". Outros têm uma visão mais otimista da velocidade dos trabalhos da Assembleia. Para o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim — gaúcho e amigo pessoal de Britto — a nova Constituição sairá no início de setembro e poderão ser votadas na quarta e na quinta-feira desta semana.

O capítulo II, dos Direi-

O "lobby" dos metalúrgicos

por Ricardo Balthazar de São Paulo

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, afirmou ontem que a jornada máxima de seis horas diárias para o trabalho feito em turnos ininterruptos de revezamento é um ponto "inegociável" dentro do conjunto de conquistas sociais contido no texto aprovado em primeiro turno pela Assembleia Nacional Constituinte. Ele admitiu que outros direitos trabalhistas podem ser negociados com os empresários, que tentam suprimir da nova Carta as conquistas.

Ele partiu ontem para Brasília, junto com uma caravana de trezentos delegados sindicais metalúrgicos de São Paulo, que se so-

marão a representantes regionais da categoria e de outras atividades para pressionar os constituintes a manter no texto definitivo da Constituição os direitos assegurados no primeiro turno. Hoje, Medeiros deverá almoçar com o presidente interino da República, deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, juntamente com o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, e outros sindicalistas. Amanhã, os metalúrgicos farão uma concentração no Congresso Nacional, conversando com parlamentares.

Medeiros quer defender os seguintes pontos: jornada semanal de 44 horas, 6 horas para turnos de revezamento, salário mínimo unificado fixado em lei, abono de fé-

rias, direito de greve, garantia de emprego, eleição de delegados sindicais, não intervenção nos sindicatos, aviso-prévio proporcional, unicidade sindical, licenças maternidade e paternidade, adicional de remuneração, aposentadoria e revisão dos benefícios já concedidos pela Previdência Social.

"Isso é o mínimo necessário para que as relações entre capital e trabalho se modernizem", disse Medeiros. "Não podemos abrir mão disso." Mas, "dependendo de propostas" e de acordo com a "vontade da base", algumas conquistas podem ser negociadas com o empresariado durante o segundo turno de votações da Constituinte. Ele não deu exemplos e preferiu reafirmar: "Acho difícil abandonarmos alguma reivindicação".

tos e Deveres Individuais e Coletivos analisado nas reuniões de ontem, e composto por um só artigo, o 5º do Projeto Constitucional, contém oitenta incisos, muitos dos quais referentes a questões polêmicas. Duas delas serão decididas hoje de manhã pelos líderes: o artigo sobre patentes e inventos industriais (há emendas para suprimir o termo "industriais") e a extensão da autoridade para emitir mandados de prisão.

Enquanto os líderes partidários passaram o dia reunidos na liderança do PMDB na Constituinte, o deputado José Lourenço, líder do PFL, articulou a posição de seu partido no segundo turno através de dois encontros. Um pela manhã, como presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e outro à tarde, com o líder pedemebista Nelson Jobim.

Lourenço não quis enumerar os pontos nos quais já existe acordo entre

PMDB e PFL. "Estamos explorando caminhos. O Dr. Ulysses mesmo considerou que deve haver uma revisão do texto neste segundo turno e me pediu para conversar com o Jobim", disse o líder do PFL. Nas reuniões de ontem, os líderes começaram a analisar o artigo 5º a partir do inciso XXII, ponto onde terminou a negociação na semana passada. Entre os pontos polêmicos dos direitos individuais e coletivos não houve acordo nos se-

guintes (que serão decididos pelo voto):

- Supressão da garantia do direito de propriedade;
- Supressão da desapropriação em dinheiro nos casos de necessidade ou utilidade pública;
- Supressão do direito de herança;
- Pagamento de fiança para crimes de terrorismo;
- Introdução da pena de morte;
- Aplicação imediata de todos os direitos e deveres individuais e coletivos;

Votação no fim de agosto

por José Fucs de São Paulo

Apesar de o mercado segurador estar "costurando" um acordo com vistas à regulamentação do setor de seguros após a promulgação da nova Constituição, ainda resta uma "batalha" a ser vencida, com a votação das emendas supressivas apresentadas no segundo turno da Constituinte.

Como informou a este jornal o presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros (Fenacor), Octávio Milliet, quatro emendas foram apresentadas para suprimir do texto aprovado em primeiro turno, no capítulo que trata da atividade dos bancos no País, a restrição à atuação das instituições financeiras em atividades não bancárias, como os setores de seguros e de turismo.

Quatro deputados apresentaram emendas supressivas para permitir aos

conglomerados bancários atuarem no setor de seguros: deputado Basílio Villani (PMDB-PR), deputado Francisco Diógenes (PDS-AC), deputado Luis Gushiken (PT-SP) e deputado Osmir Lima (PMDB-AC).

O presidente da Fenacor promete levar a Brasília cerca de mil corretores para reforçar o "lobby" do setor na Constituinte. Milliet acredita que o assunto deverá ser votado apenas no final de agosto.

Como afirmaram o vice-presidente da Bradesco Seguros, Carlos Frederico Motta, e o próprio Milliet, contudo, qualquer que seja o resultado da votação do segundo turno, os entendimentos com vistas à regulamentação do mercado segurador brasileiro terão continuidade.

Enquanto o projeto não for votado em segundo turno, de qualquer forma, as atenções estarão concentradas na Constituinte, disse o presidente da Fenacor.

Há 25 emendas contra a anistia da correção monetária aos empresários

por Ascânio Seleme de Brasília

Um dos temas que mais apaixonaram plenário e plateia da Assembleia Nacional Constituinte durante a votação da nova Constituição em primeiro turno, a anistia da correção monetária aos pequenos e micro tomadores do Plano Cruzado, volta a ocupar espaços nos corredores do Congresso Nacional. De um lado, as lideranças do PMDB e do governo na Constituinte discutem uma provável negociação sobre a matéria. Do outro lado, os autores da emenda defendem o texto original e pregam até mesmo uma ampliação do benefício.

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), considera a supressão integral do dis-

positivo uma questão de honra. Sant'Anna é autor de uma das quatro emendas que simplesmente apagam o artigo nº 53 do texto das Disposições Transitórias. O banqueiro Ronaldo Cezar Coelho, constituinte do PSDB do Rio de Janeiro, que durante a votação da emenda original se negava a negociar a matéria para não demonstrar corporativismo, é autor de outra emenda que suprime integralmente a anistia.

Outras duas emendas do mesmo teor, uma terceira que retira das instituições financeiras a obrigatoriedade de comprovar que o tomador beneficiado tem condições de pagar o débito, e ainda mais duas que limitam o benefício aos micro produtores rurais e empresários urbanos (retirando o benefício aos pequenos



Mansueto de Lavor

e médios) são as propostas apresentadas para o segundo turno e que interessam ao governo.

Por outro lado, contrariando esses mesmos interesses, surgem nada menos do que 25 emendas supressivas. Algumas suprimem a limitação do benefício aos proprietários de no máximo cinco módulos rurais, imposta ao texto pelo deputado Roberto Freire (PCB-PE). Outras retiram o limite de 5 mil OTN ao financiamento inicial: as mais polêmicas, entretanto, ampliam o benefício até mesmo aos tomadores que já pagaram suas dívidas. Três emendas retiram par-

te do parágrafo 4º da emenda original, que proíbe a extensão do benefício aos débitos já quitados.

O líder do governo acredita que a anistia será negociada. Isso não impede, todavia, que o assunto vá a plenário concorrer aos votos dos constituintes. O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), um dos autores da emenda original, não acredita neste acordo. "Mesmo que haja um acordo, ele só servirá para encaminhamento em plenário", explica Mansueto. Para o senador, "em última instância serão os votos dos constituintes que decidirão a sorte da questão".

Mansueto entende que uma negociação de líderes pode enfraquecer a emenda. Mesmo assim, ele procura mostrar completa segurança em torno da aprovação em segundo turno.

"O acordo é importante, mas ele necessita da aprovação de todas as lideranças, coisa que o governo não tem", desafia. Mansueto garante que os líderes do PDT, PSB, PDC e PL não fecham acordo contra a anistia. Na verdade, todos estes partidos encaminharão em primeiro turno votação favorável à aprovação da emenda.

Acordo para regulamentar o setor de seguros após a aprovação da Constituição

por José Fucs de São Paulo

Uma intensa negociação de bastidores vem movimentando o mercado segurador brasileiro nos últimos dois meses. A razão de tanta movimentação é o acordo que está sendo "costurado" para a regulamentação do setor no País, após a promulgação da nova Constituição, entre os principais protagonistas desse mercado — os corretores de seguros, as seguradoras vinculadas a conglomerados bancários, as seguradoras independentes e o governo, representado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Segundo informou ontem a este jornal o presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros (Fenacor), Octávio Milliet, principal articulador do acordo e representante de cerca de 30 mil corretores, a "alavanca" para o entendimento foi a aprovação, em primeiro turno, pela Constituinte, de um dispositivo que abre espaço para a exclusão dos conglomerados bancários do mercado segurador (Capítulo IV, do Sistema Financeiro Nacional, Artigo 197, Incisos I e II) — possibilidade que depende de regulamentação por lei complementar para ser efetivada.

Tradicionalmente opositores da venda de seguros nos bancos sob a alegação de que essa participação vem reduzindo o mercado de trabalho da categoria, os corretores de seguros, apesar de favorecidos até agora pelo texto constitucional, decidiram buscar uma "solução de consenso" para evitar um conflito perigoso entre as partes no Legislativo, quando o assunto for regulamentado, o que deve ocorrer apenas após a promulgação da nova Constituição.

Pela primeira vez, depois de quase duas décadas de divergências — desde quando se intensificou a participação dos conglomerados bancários no mercado segurador, no início dos anos 70 —, os corretores de seguros e os representantes das seguradoras vinculadas aos bancos estão sentando na mesma mesa para discutir seriamente o assunto.

Preocupado com os efeitos que uma exclusão total das seguradoras vinculadas a bancos traria para o mercado, Milliet reuniu-se, no início de junho, com os dirigentes do grupo Bradesco, maior conglomerado financeiro privado e maior grupo segurador do País.

PASSO CONCRETO

Trancado em uma sala na Cidade de Deus, em Osasco, na Grande São Paulo, onde se situa o comando do Bradesco, o presidente da Fenacor discutiu o assunto, no início de junho, com o presidente do Conselho Superior de Administração do Bradesco, Amador Aguiar, com o presidente do Bradesco Banco Comercial, Lázaro Brandão, e com o presidente da Bradesco Seguros, Ararino Salum de Oliveira. Foi o primeiro passo concreto em busca de um acordo para a regulamentação do mercado segurador brasileiro.

Uma segunda reunião realizou-se, ainda, no final do mês, na sede da Bradesco Seguros, no Rio de Janeiro, com o comando da seguradora, para aprofundar a discussão e estabelecer um "ponto de partida", como definiu o vice-presidente da Bradesco Seguros, Carlos Frederico Motta, para a solução consensual. Esse encontro, de acordo com Milliet, teve como "mediador" João Régis Ricardo dos Santos, ti-



Fonte: Associação Nacional dos Corretores de Seguros (ANCS).

tular da Susep, órgão estatal de normatização e fiscalização do mercado segurador.

A minuta do acordo "alinhavado" entre as partes mantém a participação das seguradoras vinculadas a conglomerados bancários no mercado. Pelo acordo inicial, contudo, a comercialização de seguros pelos bancos, hoje indiscriminada, vai ficar restrita aos chamados "seguros de varejo", como os seguros de saúde, vida, acidentes pessoais, previdência privada e capitalização, que não exigem análises técnicas aprofundadas.

Por outro lado, a venda de seguros de incêndio, automóveis, lucros cessantes e outros mais especializados só poderá ser feita, pelo acordo, através da intermediação de corretores e fora das agências bancárias. Até agora, no entanto, ainda não ficou decidido se as corretoras dos conglomerados bancários serão extintas ou existirão somente para vender os seguros comercializados nas agências bancárias.

Depois do "pontapé" inicial dado pelo Fenacor e pelo Bradesco, já estão em andamento as articulações para obter a adesão das demais seguradoras ao acordo já alinhavado. De acordo com o presidente da Fenacor, outras duas seguradoras de grande porte, a Sul América, segunda do "ranking" do mercado segurador, e a Nacional, sexta colocada no "ranking", já deram o "agreement" ao acordo.

Com uma receita de aproximadamente CZ\$ 107 bilhões em 1987, o mercado segurador movimentou recursos equivalentes a 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Desse total, as seguradoras vinculadas a conglomerados bancários responderam por cerca de 70%, no ano passado (veja gráfico), embora representem somente 50% do total de 96 companhias de seguros em atividade no mercado nacional.

PLENARIA

Os entendimentos que estão sendo conduzidos, do lado dos corretores, pelo presidente da Fenacor foram aprovados em reunião plenária, segundo informou Milliet, com representantes de todos os sindicatos de corretores do País, mas o acerto final ainda deverá ser sacramentado por uma plenária da categoria.

"A nossa posição é a favor deste entendimento, deste acordo", disse o vice-presidente da Bradesco Seguros a este jornal. "As partes têm que sentar e ceder, cada uma delas um pouco, para encaminhar uma decisão comum ao Executivo e ao Legislativo para regulamentação do mercado segurador", acrescentou. Segundo Motta, os segmentos do mercado "devem sentar-se à mesa e resolver os conflitos, se existirem, e não esperar por uma decisão do governo que pode, ao final, não agradar a nenhuma das partes".

Para Brizola, a nova Carta é decepcionante

A possível campanha do deputado Ulysses Guimarães (PMDB) centrada na nova Constituição não assusta o também provável candidato à presidência, Leonel Brizola (PDT). "Se ele fizer isso os resultados vão ser medíocres", afirmou Brizola, que participou ontem da gravação de vários programas para a televisão em São Paulo, segundo a Agência Globo.

"O povo não se sente confortado com a nova Constituição. Ela é decepcionante, principalmente por não ter marcado as eleições presidenciais logo de início e ainda agora conceder mais um ano para o governo Sarney", comentou Brizola.

O presidente nacional do PDT voltou a comentar as divergências entre Ulysses

e o presidente Sarney, dizendo que não passa de uma simulação: "O presidente ataca a Constituição e o Ulysses defende. E tudo combinado, tudo com a intenção de polarizar o povo brasileiro entre essas duas figuras", reafirmou Brizola.

"Daqui para a frente o conservadorismo colocará a questão da seguinte forma: 'Cuidado, não podemos sacrificar a futura Constituição, convém sacrificar os anéis para não sacrificar os dedos. Vamos tirar então do texto da nova Carta este benefício social, aquele e mais vários outros, a fim de que esta nova Constituição venha a ser aceita por todos. E eu dou poucos dias para que isto venha a acontecer", apostou Brizola.